



Salvador Allende

Neoliberalismo em xeque: a luta por educação gratuita no Chile

Joana Salém Vasconcelos
Historiadora (USP) e Mestranda em Desenvolvimento
Econômico pela UNICAMP

“Mucho más temprano que tarde, de nuevo abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor”, Salvador Allende¹

Os estudantes chilenos levantaram sua voz em um coro firme. Encheram com multidões as alamedas de Santiago. Ergueram-se de Arica até Punta Arenas sob a bandeira da gratuidade da educação e do fim dos lucros obtidos com a exploração mercantil de direitos sociais. O movimento por educação gratuita no Chile ganhou dimensão de luta histórica e irreversível. A sociedade se apropriou da energia estudantil, saiu às ruas com suas filhas, comemorou a atitude radical de seus netos. Os vizinhos batem panelas nas calçadas. Todos pintam cartazes, levantam barricadas, criam danças irreverentes. As massas com consciência social amedrontam o presidente Sebastián Piñera. Os estudantes ocuparam mais de 700 liceus, mais de 30 universidades, conquistaram apoio dos mineiros do cobre, dos funcionários públicos, e organizaram mais de 2 milhões de pessoas nas ruas contra o governo. O sistema público de ensino parou. A sociedade chilena está dando exemplo de persistência, ousadia e inteligência coletiva. O processo social aberto no Chile em 2011 é muito mais que uma notícia de jornal: é uma manifestação da luta de classes na América Latina. Seu impulso e seu significado vão muito além das fronteiras nacionais.

A crise econômica mundial é o pano de fundo. Três anos após a quebra do Lehman Brothers nos Estados Unidos, a União Europeia está ameaçada de desmoronar. A crise revelou a incompatibilidade entre capitalismo e democracia real. Os regimes mais socialmente

referenciados do mundo estão à beira do colapso e já não podem esconder sua natureza de classe. O povo europeu alertou ao mundo: não há democracia real na Europa. O mercado financeiro controla os políticos como fantoches. Enquanto isso, o mundo árabe em polvorosa avança contra seus tiranos, aliados das forças imperialistas que farejam petróleo. O mundo árabe despertou para avisar que vivemos em uma nova situação mundial. A crise econômica é estrutural, e não é possível saber se o capitalismo vai encontrar uma saída de emergência.

Na América Latina, a luta contra o neoliberalismo está num momento decisivo de ou-vai-ou-racha. Os governos de Evo Morales, Rafael Correa e Hugo Chávez encontraram pontos de equilíbrio dentro do capitalismo e, apesar de realizarem enormes conquistas sociais, revelam seus limites. Magnetizados pela fórmula social-liberal de Lula, esses governos encontraram um aliado cujo principal traço é a conciliação de classes. Essa aliança desacelera a revolução bolivariana, que até agora foi a principal expressão da luta contra o modelo neoliberal nos trópicos. Por isso, na atual conjuntura de hegemonia social-liberal na América do Sul, a luta do povo chileno representa um fôlego especial e necessário no combate ao neoliberalismo. Nas ruas, o movimento defende um projeto alternativo de sociedade, a partir do direito à educação gratuita. O povo chileno quer destruir as sagradas liberdades de mercado. A luta dos estudantes por educação se converteu na luta de toda sociedade por democracia real, e assim o Chile integrou nosso continente na onda mundial de protestos. Os estudantes são a vanguarda de um projeto democrático que nunca, na América Latina, foi implementado pela burguesia. E dificilmente será.

Por que a política educacional de Pinochet chegou ao século XXI?

“É bem possível que voltemos a escutar, no Chile, as vozes que foram caladas num setembro sangrento em que se quis acabar de vez com as ameaças às ‘leis do mercado’”, Eder Sader ²

a) As bases da educação mercantil

A gratuidade da educação chilena foi abolida em 1981, por Augusto Pinochet, no bojo de um conjunto de reformas iniciadas com uma nova Constituição. A Constituição foi aprovada na ponta do fuzil, num pseudo-plebiscito feito sob estado de sítio, no dia 11 de setembro de 1980. Todos temiam os centros de detenção, choravam seus desaparecidos e desconfiavam dos seus vizinhos. A Constituição de 1980 é uma engenhosa obra-prima dos Chicago Boys, os economistas

chilenos com apoderados com o golpe de 1973. Com eles, o Chile foi vanguarda do neoliberalismo no mundo, antecipando Thatcher e Reagan. A Constituição oficializou o poder absoluto do mercado, disfarçado detrás da palavra “liberdade”. Em destaque, a “liberdade de ensino”, que até hoje serve de escudo à burguesia chilena na sua tarefa de destruir o direito à educação. Desde 1980, o Estado “assume constitucionalmente sua impossibilidade de fazer cargo da tarefa educativa em sua totalidade, desempenhando um papel complementar e privilegiando aos pais como principais responsáveis” (REDONDO, 2007, p.22). Assim, Pinochet agraciou os capitalistas com um novo mercado e derrotou o princípio da educação gratuita pelas armas.

Em 1981, Pinochet decretou a Lei de Subvenções, um sistema de transferência de recursos públicos às escolas e universidades privadas, sem qualquer contrapartida. Logo depois, foi decretada a municipalização do ensino, por meio da qual os bairros se tornaram unidades orçamentárias autônomas, e as escolas da periferia passaram a depender dos escassos recursos de uma base tributária pobre. O sistema de educação básica passou a contar com três escolas: a municipal, a particular subvencionada e a particular não-subvencionada. Aí começa uma lista inacreditável de promiscuidades público-privadas acobertadas pela lei. Primeiro: não existe uma regulação que obrigue a escola subvencionada a usar o dinheiro público na própria escola. O dinheiro público é entregue às empresas privadas sem nenhuma garantia de seu destino (idem, 2007, p. 43). Segundo: o cálculo do valor da subvenção é feito com base no “custo-aluno”, de modo que quanto mais alunos a escola privada declarar ter, mais ganhará. Não existe até hoje nenhuma fiscalização sobre a veracidade das informações declaradas pela escola subvencionada, que superfatura sua subvenção (idem, 2007, p. 44). Terceiro: as escolas subvencionadas podem selecionar seus alunos com critérios privados e “livres”, ainda que sejam administradas com dinheiro público.

Com as universidades ocorreu algo parecido: corte do financiamento público, subvenções e mensalidades. O Estado passou a garantir somente 30% a 40% do orçamento das universidades públicas na forma de Aporte Financeiro Direto (AFD) (BERNASCONI, 2004, p. 125). Foi criado um mecanismo de transferência para universidades privadas, chamado Aporte Financeiro Indireto (AFI). O AFI é distribuído até hoje de acordo com a Prova de Aptidão Acadêmica, que aprova apenas 27 mil candidatos num universo de 200 mil (FERES, 1997, p. 4). Porém, o estudante não vê a cor do dinheiro: o AFI vai diretamente à administração da universidade, que ainda assim continua cobrando mensalidades.

Foi a partir de 1981 que a maioria dos jovens passou a se endividar para estudar. Sob ditadura, foi criado o Fundo Solidário, um sistema de crédito que existe até hoje com juros de 2,6%. Os bancos criaram linhas de financiamento com juros de 6% (MORALES, 2011, p. 1). Ao mesmo tempo, a ditadura chilena passou a incentivar o mercado de universidades privadas, facilitar licenças, promover gigantescas isenções de impostos. De 1982 até 1989, o orçamento público da educação caiu 30% (REDONDO, 2007, p. 44).

Na década de 1980, os estudantes universitários e os pinguins³ foram protagonistas de protestos contra a ditadura, enfrentaram os militares e organizaram suas entidades clandestinas. A experiência chilena na luta por educação pública possui décadas de história. Várias gerações se identificam com a atual luta dos estudantes porque elas mesmas, tempos atrás, também lutaram.

Pinochet foi o último dos tiranos nativos a cair. Seu último ato foi a LOCE – Lei Orgânica da Educação (n° 18.962), publicada em 10 de março de 1990, um dia antes de Patricio Alwyn chegar à presidência. A LOCE deu base para a realização de todas as políticas educacionais dos governos subsequentes, especialmente os 20 anos de *Concertación*, coalizão formada por Partido Socialista, Democracia Cristã e Partido Radical. A partir da LOCE ocorreu a generalização das transferências de recursos públicos para as empresas. A LOCE aperfeiçoou o modelo Chicago Boys: fortaleceu as “liberdades de ensino” e esfaleou o direito à educação. A partir de então, a *Concertación* cumpriu a tarefa de enraizar o modelo Pinochet.

b) A *Concertación* e o pacto burguês

Em 1990 chegou ao poder a Democracia Cristã, partido que compactuou com o golpe de 1973. Não devemos nos surpreender com seu continuísmo. A degeneração do Partido Socialista, no qual um dia foi filiado Salvador Allende, foi total. Os governos da *Concertación* foram responsáveis pela ampliação do volume de transferências ao setor privado. Isso pode ser visto na tabela a seguir, que revela o aumento de 12% das escolas subvencionadas.

Evolução do número de estabelecimentos educacionais segundo dependência administrativa				
Ano	Total	Municipais	Particulares Subvencionadas	Particulares
1990	9.811	64,0%	28,1%	7,7%
2005	11.561	52,7%	40,7%	6,6%

Tabela montada com base em dados extraídos de REDONDO, 2007, p. 52.

Além disso, a *Concertación* passou a cobrar mensalidades nas escolas municipais, através da medida de *Financiamento Compartido*. Nos anos 1990, cada vez mais as escolas subvencionadas representaram a maior parte da verba com educação e o setor público foi estrangulado. O neoliberalismo, filho da ditadura militar, foi plenamente adotado.

Em 2003, a composição do gasto do governo com educação era de 61% com escolas privadas subvencionadas, 17% com escolas municipais e 11% com universidades públicas. Além disso, as transferências diretas do Estado ao setor privado da educação em 2003 chegaram a cerca de US\$ 2,5 milhões. De 1994 a 2003, as isenções de impostos ao setor triplicaram, alcançando US\$ 28 milhões. Hoje, o gasto privado das famílias com educação corresponde 3,52% do PIB e o gasto do governo 4% do PIB. Sendo que mais da metade do gasto público subvenciona o setor privado (GOBIERNO DE CHILE, 2005, pp. 19, 20, 26, 48).

Apesar de detonar a educação pública, o regime político da *Concertación* alcançou alta estabilidade. Sua hegemonia foi abalada em 2006, quando os pinguins tomaram as ruas propondo revolucionar o sistema educacional e eliminar a reprodução das desigualdades sociais através da escola.

A Revolução dos Pinguins de 2006

*“Y va caer, y va caer, la educación de Pinochet!”*⁴

Em 2006, sem mais suportar o favorecimento do empresariado da educação em detrimento da juventude, os estudantes secundaristas organizaram um grande movimento conhecido como Revolução dos Pinguins. As principais reivindicações dos estudantes eram o fim da LOCE, a desmunicipalização do ensino, o financiamento estatal e a liberdade de organização de grêmios, proibidos por decreto (524 – 10/04/1990). Esse movimento foi o ensaio geral de 2011. Os estudantes secundaristas realizaram uma greve de mais de 3 meses, ocuparam mais de 250 escolas, derrubaram o Ministro da Educação e fizeram despençar a aprovação da presidenta Michelle Bachelet (PS) em 15%. Foi uma escola de luta social para uma nova geração de estudantes engajados. A luta resultou em negociações pouco progressivas e a LOCE foi reformada em 2009, dentro dos estreitos corredores do Estado burguês. O Partido Socialista, que possuía alguma influência sobre os organismos estudantis, foi fortemente rechaçado, pois negociou

com Bachelet por fora e assinou um acordo ruim. Houve, porém, um salto na experiência política das bases estudantis: a capacidade de organização multiplicou. O movimento amadureceu e se radicalizou, desenvolvendo a desconfiança necessária em relação ao Estado. Hoje, a geração de pinguins de 2006 está nas universidades, liderando a luta contra o lucro, num movimento que definitivamente saiu da defensiva.

Os indignados do Chile contra o lucro: neoliberalismo em xeque

“Vengan vengan a ver! Vengan vengan a ver! Este no es un gobierno, son puras leyes de Pinochet!”⁵

Em 2011, o movimento estudantil virou luta de classes. A luta por gratuidade na educação se converteu numa luta contra o lucro. O governo Piñera foi tão incompetente nas negociações que o movimento se radicalizou com legitimidade e conquistou hegemonia. Piñera vestiu a carapuça de Pinochet, que serviu perfeitamente. De acordo com as enquetes realizadas em julho, a aprovação do governo despencou de 40% para 26%, e a reprovação atingiu o recorde de 60%. O movimento vem num crescente desde maio até agora [outubro].

Os estudantes passaram a questionar o modelo de educação neoliberal em sua totalidade e apresentaram alternativas que envolvem uma ruptura com o sistema. A Constituição de Pinochet de 1980 ainda está em vigor, assim como quase todas as suas políticas educacionais. Apesar disso, o lucro com a educação pública é teoricamente proibido. A exacerbação do modelo Pinochet feita pela *Concertación* flagrou que o dinheiro público transferido às empresas subvencionadas serve à capitalização de lucros privados. A burguesia chilena criou diversos subterfúgios para disfarçar o incalculável lucro privado com a educação pública. O principal deles é a manobra imobiliária. Os empresários da educação, além de receberem subvenções estatais, são proprietários de imobiliárias que alugam terrenos às escolas e universidades públicas. Assim manipulam seus orçamentos, mensalidades e salários. É o caso de Joaquín Lavín, ex-Ministro da Educação derrubado em julho. Infelizmente, Lavín caiu de lado, direto na cadeira de Ministro do Planejamento; depois foi transferido ao recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social. Lavín é proprietário da imobiliária Ainavillo que aluga a sede da Universidad del Desarrollo (UDD). A imobiliária foi fundada por Lavín e por Cristian Larrouet, secretário geral de Governo Piñera e ex-assessor do Ministro da Fazenda de Pinochet (1985-1989). Os vínculos de Lavín com diversos empreendimentos educacionais são

exemplo da promiscuidade do sistema.⁶ Lavín e Larrouet são a prova encarnada da impossibilidade do governo Piñera dar um passo adiante.

O acirramento das tensões entre o movimento social e o governo culminou com uma greve geral nos dias 24 e 25 de agosto, que reuniu milhões de pessoas nas principais cidades do país. Os estudantes possuem em mãos um projeto de ruptura que desmonta o modelo Pinochet. Nos dias 7 e 8 de outubro, o movimento social realizou um Plebiscito Nacional pela Educação, que contou com mais de 1,5 milhão de votos, sendo 87,5% “sim” para as quatro perguntas: pela gratuidade, pelo fim do lucro com educação, pela desmunicipalização e pela vinculação oficial do Plebiscito. A greve já dura mais de 6 meses e ainda cresce.

A familiaridade com que os chilenos organizaram o poder popular nos bairros para comandar o movimento é espantosa. Aí está a marca das *Juntas de Vecinos* e das *Juntas de Abastecimento Popular* dos tempos de Salvador Allende (SADER, 1982). O conhecimento político de um povo que já tomou o poder foi posto a serviço da luta atual. Várias gerações se reúnem contra a educação de Pinochet. Os pais e avós perderam uma batalha em 1973, mas sabem que a guerra não acabou. Assim, a luta educacional conquistou os bairros. A população construiu seus organismos de base, especialmente as Assembleias Populares. Nessas Assembleias, a pluralidade da luta se manifesta, e todos os atores se encontram para definir os próximos passos: estudantes, professores, vizinhos, trabalhadores, famílias. Não há corporativismo e se formou um novo sujeito social que dá o tom amplo da luta.

A situação de endividamento das famílias é indignante. Segundo Jorge Katz, professor de economia da Universidad de Chile, atualmente cerca de 40% dos estudantes endividados não podem pagar por suas dívidas (KATZ, 2011, 04m12s). Katz alerta que atacar Piñera não basta: “é preciso protestar contra a *Concertación*, que não fez nada com tudo isso, que deixou as instituições de Pinochet nas mesmas condições em que as receberam” (2011, 16m15s). O endividamento da sociedade chilena é estrutural, e não só com educação. O escândalo com a rede de lojas “La Polar” revelou que o Chile seguiu o caminho dos Estados Unidos e acreditou demais no crédito. A rede “La Polar” vende variedades à classe mais pauperizada do país, em incontáveis parcelas. É uma loja agiota que vive de juros, como um banco. Quebrou com US\$ 900 milhões de empréstimos vencidos. Daí o endividamento social, fenômeno inerente ao capitalismo financeiro, ter alcançado um esgotamento no Chile. Mais uma causa da solidariedade geral com os estudantes.

O movimento chileno está arruinando devidamente o mito do paraíso neoliberal, a farsa da Suíça da América Latina. A educação foi a porta de entrada da luta por democracia real. As manobras de Piñera só reforçam a impossibilidade da burguesia em resolver o problema estrutural da educação na periferia do capitalismo.

O GANE e a incompetência de Piñera

*“O presente se tornou precário e o futuro, uma hipoteca”,
Rafael Agacino.⁷*

Diante do levante de massas contra o lucro, Piñera e seu novo Ministro da Educação, Filipe Bulnes, ofereceram o GANE – *Gran Acuerdo Nacional por la Educación*. Trata-se de um conjunto de pequenas medidas, que integram o modelo privatista. O movimento social não se deixou enganar e o rejeitou. As principais medidas propostas pelo GANE eram: duplicar as subvenções às empresas de ensino; criar um Fundo para Educação de US\$4 bilhões; baixar a taxa de juros para 4%; ampliar o número de Bolsas de Estudos; reestruturar a dívida de 110 mil estudantes; criar a Superintendência da Educação Superior para fiscalizar os lucros. Não é preciso ser especialista para notar as falcatruas. Os verdadeiros objetivos do GANE são oxigenar o mercado da educação, viabilizando o pagamento das dívidas e legalizando o lucro. Piñera foi incapaz de fazer uma concessão real e, na medida em que oferece mais do mesmo, o movimento social avança para defesa de uma sociedade que rompa com as relações de lucro. O anacrônico discurso da inviabilidade técnica da educação gratuita se converteu em arma para o movimento projetar uma estratégia geral de ruptura: nacionalizar o cobre para financiar a educação, uma reforma tributária progressiva e a Assembleia Constituinte Soberana. As reivindicações democráticas apresentadas entram em choque frontal com a burguesia latino-americana.

A perigosa ausência de unidade partidária contra o neoliberalismo

A ausência de uma representação partidária unificada que sintetize o programa político do movimento social pode ser bastante prejudicial. Para realizar uma Assembleia Constituinte Soberana que refunde a sociedade chilena, não basta movimento de massas. Muitas lideranças do movimento estudantil são do velho PC, que costuma se coligar com a *Concertación* para garantir vagas no parlamento e apresenta táticas excessivamente confiantes nas instituições burguesas, como, por exemplo, disputar a reforma educacional dentro do parlamento. O PC

não responde às atuais exigências do movimento de massas, ainda que conte com lideranças importantes. É preciso construir um novo partido de esquerda no Chile, que unifique os grupos fragmentados. Com isso não se pretende dizer que o sujeito mais importante da luta de classes é um partido político, mas sim que o movimento social não o substitui.

O risco da *Concertación* capturar eleitoralmente todo acúmulo político da luta é enorme. Bachelet terminou seu mandato em 2009 com 80% de aprovação. Todos sabem que a Concertación não resolveu o problema da educação. Porém Piñera tem sido tão inábil e truculento que um eventual voto útil anti-Piñera pode se disseminar. Seria necessário, portanto, não somente seguir a luta de rua com força máxima, como também buscar lideranças que se apresentem juntas nas eleições com um programa de desmonte do neoliberalismo, por democracia real no Chile.

Não existe Estado do bem-estar social na periferia do capitalismo

“Uma classe tomar para si o encargo de resolver os problemas de outra classe é uma das muitas combinações próprias dos países atrasados”, Leon Trotsky⁸

O Estado de bem-estar social só foi possível nos países do centro da economia capitalista, devido às condições da acumulação mundial determinadas pela espoliação das classes trabalhadoras da periferia. Só a teoria do imperialismo de Lênin explica as determinações estruturais do *Welfare State*. Bukharin o sintetizou:

A política colonial constitui uma fonte de enormes lucros para as grandes potências. (...) Quem pagou o preço desta política não foram os operários do continente, nem os operários ingleses, mas os povos coloniais. Tudo o que o capitalismo traz consigo de sangue e de lama, de horror e de vergonha, todo o cinismo, toda a crueldade da democracia moderna, transbordou sobre as colônias. Em contrapartida, ganham com isso os operários europeus (1986, p. 156).

Não existe social-democracia na periferia do capitalismo. Daí que a educação pública, gratuita e de qualidade nunca foi construída na América Latina, reforçando o histórico conservadorismo das burguesias nativas. Quando o processo de acumulação de capital exigiu universalização da educação básica na periferia, as burguesias latino-americanas e suas ditaduras militares garantiram o mínimo necessário. As propostas dos movimentos sociais da educação, diante

do neoliberalismo, foram elaboradas com base num raciocínio social-democrata: a educação é direito dos cidadãos e dever do Estado. A incapacidade da burguesia latino-americana para resolver o problema estrutural da educação conduz os movimentos sociais a propostas mais radicais. É neste sentido que as tarefas da revolução democrático-burguesa na periferia do capitalismo não podem ser concluídas pela burguesia. Tampouco essa revolução democrática poderia ser completada sem revelar as contradições estruturais do capitalismo (TROTSKY, 2007).

Essa é uma explicação teórica sobre a possibilidade da luta no Chile adquirir contornos anticapitalistas. Não há uma situação revolucionária. Porém é certo que a luta por educação gratuita está pondo em xeque um regime de acumulação e expondo as contradições do modelo neoliberal vigente desde 11 de setembro de 1973, quando as armas do capital derrotaram um povo. Este povo já se recompôs e hoje se levanta para reconquistar sua dignidade.

Notas

1. Discurso de despedida de Salvador Allende, proferido de dentro do Palácio de La Moneda, onde morreu durante o bombardeio em 11 de setembro de 1973 realizado pelo Golpe Militar de Augusto Pinochet.
2. 1982, p. 129.
3. Os pinguins são os estudantes secundaristas, que até pouco tempo atrás eram obrigados a usar terno e gravata. A roupa virou sinal de combatividade, por conta das muitas lutas nas quais se engajaram. Hoje é quase um uniforme político, que identifica o setor que defende a gratuidade na educação.
4. Palavra de ordem do movimento estudantil de 2006.
5. Palavra de ordem do movimento estudantil em 2011.
6. Lavín também é sócio das empresas “Desarrollo Educacional La Concepción”, “Inversiones Mobiliárias Trinitarias Ltda”, “Estudios Económicos Ltda” e “Administraciones y Inversiones Penta”, todas ligadas ao mercado da educação (El Ciudadano).
7. Agacino (2011), economista chileno entrevistado sobre o atual movimento estudantil. Tradução da autora.
8. 2007, p.28.

Bibliografia

BERNASCONI, Andrés e ROJAS, Contreras Rojas, *Informe sobre la educación superior en Chile, 1980-2003*, Santiago: Editorial Universitaria, 2004. <http://books.google.cl/>

BUKHARIN, Nikolai, *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

FERES, Héctor Guillermo Gaete, *CHILE: LOS RECURSOS DEL PAÍS AL SISTEMA DE EDUCACIÓN SUPERIOR Y SU DISTRIBUCIÓN REGIONAL*. Universidad de Bío Bío, Concepción-Chillán, 1997. http://www.ubiobio.cl/vitrina/hgaete/chile_recursos.pdf

REDONDO, Jesus, *El derecho a La educación en Chile*. Santiago: FLAPE, 2007.

SADER, Eder, *Um rumor de botas – Ensaio sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

TROSTKY, Leon, *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Documentos

AGACINO, Rafael, “Movilizaciones Estudiantiles, anticipando el futuro”. Revista virtual La Chispa, agosto de 2011. <http://www.lachispa.cl/2011/08/28/movilizaciones-estudiantiles-anticipando-el-futuro-entrevista-a-rafael-agacino/>

ALLENDE, Salvador, *Discurso de despedida*, 11 de setembro de 1973. <http://www.salvador-allende.cl/Discursos/1973/despedita.pdf>

ATORES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO. *Manifesto por la Educación*, junio de 2011. <http://fech.cl/blog/2011/07/28/compilado-documentos-de-interes-movilizaciones-2011-2/manifesto-por-la-educacion-3/>

CONFECH, *Respuesta de la CONFECH al GANE*, julio de 2011. <http://fech.cl/blog/2011/07/28/compilado-documentos-de-interes-movilizaciones-2011-2/respuesta-confech-al-gane/>

ESTUDANTES DA UNIVERSIDAD DE CHILE. *Plataforma Transformadora de Estudiantes, Encuentro Universitario de la Universidad de Chile*. http://cdn.fech.cl/img/sintesis_plataforma_transformadora.pdf

EL CIUDADANO, *Los vínculos de Joaquín Lavín con la Universidad del Desarrollo*, 24/06/2011. <http://www.elciudadano.cl/2011/06/24/37754/los-vinculos-de-joaquin-lavin-con-la-universidad-del-desarrollo/>

GOBIERNO DE CHILE, *¿Cómo se financia la educación en Chile? Estudios de Finanzas Públicas*. Santiago: Ministerio de la Hacienda, 2005.

GOBIERNO DE CHILE, GANE – *Gran Acuerdo Nacional de la Educación*, julio de 2011. <http://data.fech.cl/files/2011/07/GANE.pdf>

Gravações

KATZ, Jorge, *Jorge Katz: Ponencia en el curso de Economías Latinoamericanas de la CEPAL [18 de agosto de 2011]*. Santiago de Chile, 2011.

MORALES, José Manuel. *Entrevista com José Manuel Morales, dirigente da FECh – Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile [22 de julho de 2011]*. Santiago de Chile, 2011.